



ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER CIENTÍFICO E CULTURAL

PROJECTO PATRIMÓNIO

Nº2 Julho 1995

Director: José Antunes da Silva

EDITORIAL

“A água tudo lava”, diz o povo. Talvez... Será nessa esperança que alguém decidiu juntar tantos milhões de litros sobre uma fractura tectónica, submergindo um património cultural reclamado como mundial e destruindo instalações vitivinícolas ímpares que vão deixar no desemprego centenas de trabalhadores?

A ocultação destas afrontas exigiria muito mais água que a da barragem do Côa, mas não nos dispensa, a todos nós, de intervenções decididas para cuja fundamentação este número do Boletim Projecto Património se propõe contribuir.

Antunes da Silva

ÍNDICE

Foz Côa: um santuário natural - José Mattoso -----	página 3
As dimensões da terra - Duarte Belo -----	página 5
Algumas notas sobre a pintura e a gravura rupestres prehistóricas, a propósito do complexo do Côa - Álvaro Almeida -----	página 9
Parque arqueológico do Côa: ideias e propostas para um projecto - Virgílio Hipólito Correia, Alexandra Cerveira Lima e António Manuel S. P. Silva -----	página 15
Mapa de implantação do complexo de arte rupestre do vale do Côa -----	página 17
As leis do património e a arte rupestre do Côa - Luís Raposo -----	página 19
Política e ciência na questão do Côa - João Zilhão -----	página 25
Foz Côa: para que servem os estudos de impacte ambiental? - Rui Cortes -----	página 29
Uma estrela secundária - Manuel Carvalho -----	página 31
O poder aprendeu a lição - Valentina Marcelino -----	página 35
Mira Amaral ministro da cultura? Brr!! - Hermínio Monteiro -----	página 37
As gravuras não sabem nadar - José Manuel da Costa Ribeiro -----	página 39
Eu bebo porto do paleolítico - José A. Salvador -----	página 43
As fotografias são de Duarte Belo	

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO CÔA

Ideias e propostas para um projecto

A criação de um Parque Arqueológico no Vale do Côa, obviamente alternativo à barragem, é uma medida que se impõe como a mais adequada para promover a investigação do património arqueológico da área, a sua protecção e a sua valorização com fins educativos, culturais e de desenvolvimento regional.

Nesta convicção, a ProAPA/ Associação Profissional de Arqueólogos tem vindo a estudar um conjunto de ideias e propostas que permitem já, com alguma propriedade, *simular* um parque arqueológico no Côa. Não o "parque" de plástico e betão, coexistente com a barragem, que a EDP sugeriu há meses. Os fundamentos desse projecto, que assentavam em parte na possibilidade de remoção das rochas gravadas, são inaceitáveis à luz da ética científica e desrespeitam grosseiramente a integridade de um ambiente *mágico*, histórica e globalmente significativa como é a paisagem e a topografia do Côa. O que se propõe, pelo contrário, é a criação de um parque arqueológico e natural genuíno, dotado de um Museu e Centro de Investigação, algo como não acontece em Portugal desde 1962.

O Parque / Museu de Sítio do Vale do Côa deve abranger toda a área definida como pertencente ao complexo da arte rupestre e deve ter a possibilidade de gerir directamente essa área, por forma a organizar de modo mais conveniente os seus acessos, a delimitação e protecção física da área e os percursos internos que permitam a visita do complexo, segundo critérios museológicos. Deverá ainda potenciar o enquadramento na área regional envolvente, valorizando todo um quadro polifacetado de recursos naturais, arqueológicos e turísticos.

Terá também de compreender um edifício de Museu propriamente dito, com áreas de trabalho, de arquivo de documentação, de biblioteca, de reservas de materiais e, sobretudo, de exposições e animação socio-educativa que auxiliem os visitantes a compreender e a ser enriquecidos por essas extraordinárias manifestações artísticas. Deverá

também essa estrutura servir de Centro de Investigação, dando aos diversos que virão a estar envolvidos condições de trabalho e de alojamento, pois é obvio que o trabalho científico no Vale do Côa excede em muito aquele que as instituições responsáveis vêm, atabalhoadamente e "à frente do bulldozer", promovendo.

A instituição necessitará de um quadro de pessoal mínimo de cerca de três dezenas de pessoas, que inclua, para além do indispensável sector administrativo, investigadores capazes de assegurar o trabalho continuado necessário, técnicos de conservação que potenciem a protecção do património à sua guarda, técnicos de animação e marketing, pessoal necessário a todas essas tarefas e, claro, o pessoal de guardaria e apoio ao visitante que permitirá o funcionamento do parque.

O Museu / Centro de Investigação deveria funcionar como laboratório-estaleiro de pesquisa na área de arte pré-histórica, promovendo a interacção das mais modernas linhas de investigação a nível mundial. O acolhimento de especialistas estrangeiros, a realização de estágios universitários e campos de trabalho internacional, a realização de seminário ou de congressos periódicos e de acções de formação numa base regular poderiam fazer do Côa um organismo aberto e de ponta para a renovação da arqueologia nacional e para a criação de uma verdadeira *escola* de especialistas portugueses em arte pré-histórica, conservação, protecção e museologia arqueológica.

A criação deste Museu, que serviria de pólo aglutinador da convergência dos interesses científicos e patrimoniais, a nível mundial, pelo vale do Côa, teria sem dúvida um efeito multiplicador na dinâmica sócio-económica da região: geração directa de postos de trabalho, investigadores radicados no local, missões de investimento externas, promoção de turismo numa zona com um potencial extraordinário (ambiente natural, termalismo, vitivinicultura, outro património cultural), criação de incentivos à fixação

dos jovens, numa zona de envelhecimento populacional acentuado.

Estas potencialidades são tanto mais importantes quanto é evidente a oportunidade única de desenvolver um projecto transfronteiriço, tendo como pólos o Côa e Siega Verde, estação que configura com o Côa e com outros sítios portugueses (Mazouco) uma verdadeira província, de arte paleolítica e estendê-lo aos múltiplos sítios arqueológicos conhecidos de um e de outro lado da fronteira luso-espanhola.

O enquadramento institucional deste Museu de Sítio poderá ser feito por vários modelos, mas é claro que o património em questão justifica a criação de uma instituição na dependência directa da Administração Central — seja através do IPPAR (como tantos Monumentos Nacionais), do IPM (como um Museu Nacional) ou do Ministério do Ambiente (o que a dimensão da área pode aconselhar) — mas o modelo associativo, ou de uma Fundação (permitindo o desenvolvimento autárquico) é também possível.

Um investimento inicial da ordem de um milhão de contos e um orçamento anual próximo dos cem mil contos permitiriam criar e pôr a funcionar uma instituição que poderia gerir adequadamente um Parque Arqueológico cujo o tecto anual de visitantes poderia rondar as cem mil pessoas.

A questão do financiamento, agitada como *papão* para, numa primeira fase, "demonstrar" a inviabilidade de um projecto cultural alternativo à Barragem, obrigará, como é natural, a um esforço relevante envolvendo diversos organismos do Estado. No entanto, algumas consultas já efectuadas permitiriam listar todo um conjunto de apoios no quadro comunitário que podem ser mobilizados para este efeito (PRONORTE, INTERREG 2, PRODOURO, ou o recém-lançado Programa RAFAEL, por exemplo). Algumas indicações recentes provenientes de reuniões europeias no âmbito do património permitem até um certo optimismo a este respeito.

Deste modo, um PARQUE ARQUEOLÓGICO do Côa é possível, é desejável e é mesmo uma urgência face ao património único e grandioso que Portugal teve a sorte de conservar no seu território. Atenta aos seus lugares-memória, a Europa por certo não deixará de saudar e apoiar as iniciativas políticas que o Governo Português anuncie para este efeito.

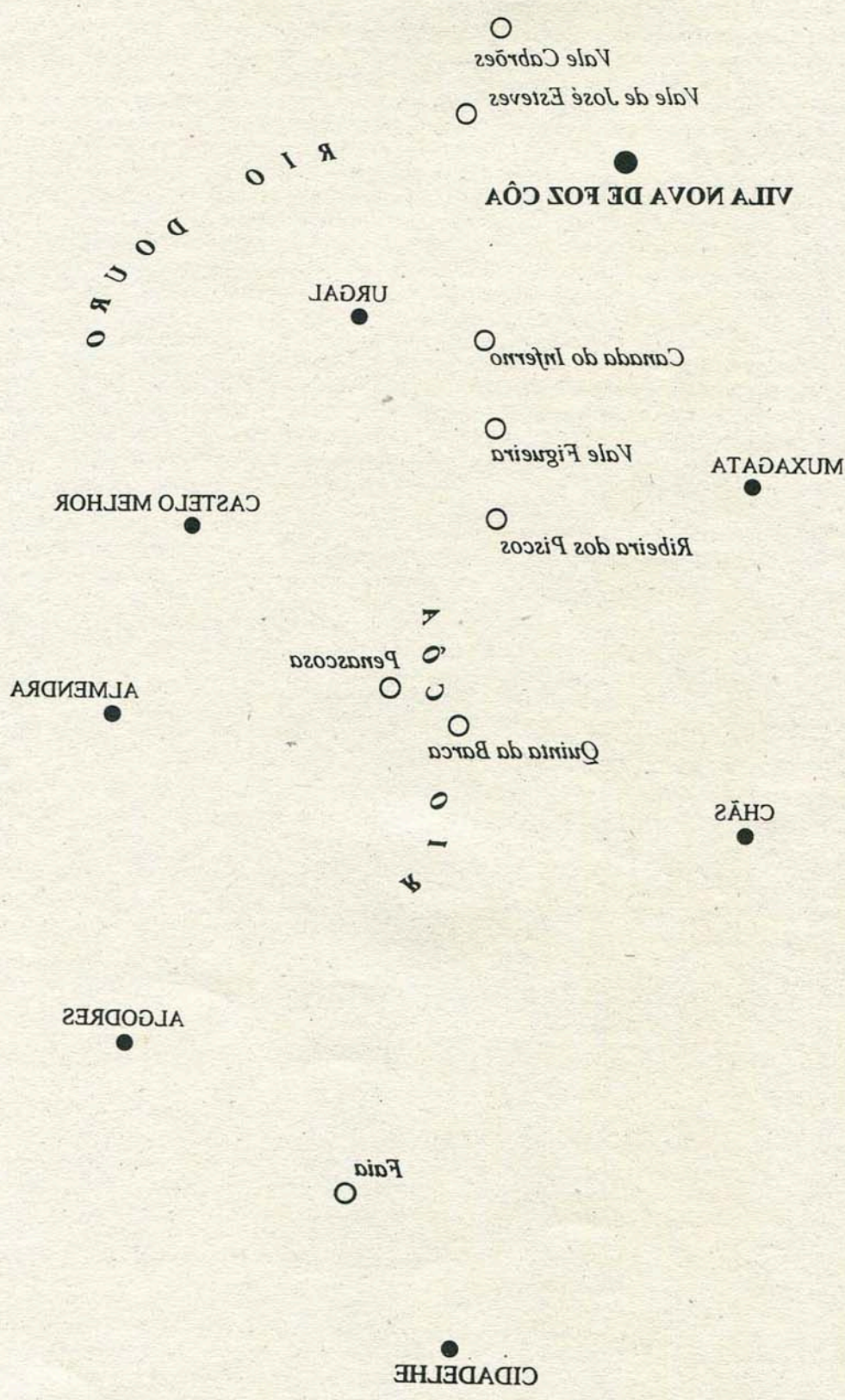
Virgílio Hipólito Correia
Alexandra Cerveira Lima
António Manuel S. P. Silva
(ProAPA / Associação Profissional de
Arqueólogos)



ESCALA · 1:100.000

(excerto do mapa orohidrográfico de Portugal, edição: Centro de Estudos Geográficos / Instituto de Alta Cultura. 1965)

Veja este mapa orohidrográfico em contraluz





Figuras de animais, entre os quais um cabrito montês, gravados em xisto, no sítio da Penascosa.



PROJECTO PATRIMÓNIO

é propriedade da associação "Projecto Património",
com sede na Rua Ruy Gameiro, 232 - 4º E - 2745 QUELUZ.

Depósito Legal nº 90830/ 95

Registo nº 119101

Distribuição gratuita aos associados.